
Imperialismo: Paralelos Conceituais no Decorrer da História e sua Perspectiva na Atualidade

Imperialismo: Paralelos Conceptuales en el Transcurso de la Historia e su Perspectiva en la Actualidad

Alexandre Luís Ponce Martins

Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: poncemartins@hotmail.com

Márcio Mendes Rocha

Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: mmrocha@uem.br

Artigo originalmente apresentado no *III Seminário Internacional de los Espacios de Frontera (III Geofronteras)*, Universidad Nacional de Itapúa (UNI), Encarnación (Paraguay), 8 a 10 de setembro de 2015.
Disponível on-line em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica>

Resumo - O presente trabalho tem como objetivo discorrer questões teóricas referentes aos diferentes conceitos de imperialismo no decorrer da história com o objetivo de justificar a presença de uma nova modalidade do conceito na atualidade. Inicialmente discorreremos quanto aos imperialismos presentes na antiguidade, entre o mercantilismo e o século XIX e final do século XIX e início do XX a partir de uma revisão bibliográfica teórica. Em seguida, caracterizamos o imperialismo atual através da teoria de David Harvey, chamado novo imperialismo. É uma temática de relevância significativa, já que o conceito tem como base a dominação de um povo ou nação sobre outro e, tal característica, influencia nos rumos que a economia e a política mundial podem tomar e, conseqüentemente, implicar em precarização de qualidade de vida dos indivíduos em âmbito mundial, principalmente daqueles pertencentes às nações que hoje são dominadas do ponto de vista econômico. As articulações financeiras ocorrem de modo contínuo e simultâneo, o que permite a ampliação desta problemática em questão, o capital se desloca entre os países diariamente, ampliando a desigualdade. Desta forma, pretendemos apresentar uma abordagem geral sobre esta evolução do conceito de imperialismo com o escopo de auxiliar pesquisas futuras no âmbito geográfico e geopolítico.

Palavras-chave: Conceitos de imperialismo; Mercantilismo; Novo imperialismo.

Resumen – Este trabajo tiene como objetivo discutir cuestiones teóricas relacionadas con diferentes conceptos de imperialismo a lo largo de la historia con el fin de justificar la presencia de un nuevo tipo de concepto en la actualidad. Inicialmente discutimos sobre los imperialismos presentes en la antigüedad, entre el mercantilismo y el siglo XX y finales del siglo XIX y inicio del siglo XX a partir de una revisión de la literatura teórica. A continuación, se caracteriza el imperialismo actual a través de la teoría de David Harvey, llamado nuevo imperialismo. Es un tema de gran importancia, ya que el concepto se basa en la dominación de un pueblo o de una nación sobre otra, y esta característica influye en la dirección la economía y la política mundial pueden tomar y, en consecuencia, dar lugar a la precariedad de la calidad vida de las personas en todo el mundo, especialmente los que pertenecen a las naciones que ahora están dominadas desde el punto de vista económico. Las articulaciones financieras se producen de forma continua y simultánea, lo que permite la expansión de este problema en cuestión, los movimientos de capital entre países diariamente, aumentando la desigualdad. De esta manera, tenemos la intención de presentar un enfoque general de la evolución del concepto de imperialismo con el objetivo de ayudar futuras investigaciones en el ámbito geográfico e geopolítico.

Palabras clave: Conceptos de imperialismo; Mercantilismo, Nuevo imperialismo.

Introdução

Tratando-se de um estudo de natureza geoeconômico e geopolítico que se pressupõe a partir de uma extensão a princípio, imperialista, onde questões diversas induzem os aspectos geográficos e sociais, faz-se necessário compreender a natureza do próprio imperialismo e como este conceito interveio e intervém nas relações entre os Estados nacionais até a atualidade.

Analisando as relações geoeconômicas em âmbitos diversos, relações estas que envolvem principalmente os Estados no mundo atual, há de se observar que os aspectos históricos construíram uma gama de perspectivas que, a partir de uma análise sincrônica tornar-se-ia improvável tirar considerações suficientes para um estudo crítico. Por isso, considerou-se neste recorte buscar diacronicamente compreender como a noção de imperialismo se configurou em outros tempos e de que maneira evoluiu até a contemporaneidade.

O termo imperialismo é polêmico, visto que, diversos autores expressam a ideia de que na atualidade o vocábulo perde seu significado original, em vista dos acontecimentos do mundo contemporâneo que, não refletiria, em partes, os acontecimentos do século XIX e início do XX, período de construção do termo enquanto conceito sociopolítico. Para esclarecer estes fatos dividiremos teoricamente a abordagem em duas partes. Em um primeiro momento, será explorada uma análise histórica, em que se abordará os imperialismos antigos e clássicos; em segundo, abranger-se-á o conceito do novo imperialismo abordado por David Harvey (2012), presente na contemporaneidade.

O Imperialismo: Antiguidade e Clássico

Historicamente o imperialismo pode ter origens ainda na antiguidade, tempo em que emergiram grandes impérios expansionistas, incentivados pela exploração de trabalho escravista. É justificável esclarecer alguns aspectos deste período, bem como identificar semelhanças e dissensos com o imperialismo moderno e contemporâneo.

O conceito imperialismo foi utilizado pioneiramente na França na primeira metade do século XIX, como expõe Mariutti (2013). No período o termo era relacionado aos partidários apoiadores do Império Napoleônico, sendo usado posteriormente, ainda no mesmo século em meados de 1848, com intenção de criticar as pretensões de Napoleão III de chegar ao poder na França. Na Inglaterra a palavra ganha exposição a partir dos anos 70 do século XIX, em meio às pretensões inglesas de criar um império unificado “civilizador”, onde o europeu tinha o fardo de civilizar os povos atrasados do mundo.

Os estudos relacionados ao termo passam a ganhar notoriedade científica a partir de duas ideias principais, primeiro, aqueles que consideram os ideários imperialistas a partir da concepção do capitalismo e, segundo, os que consideram a existência do termo por meio de uma existência anterior ao capitalismo, isto é, relações imperialistas de dominação anterior ao surgimento do sistema econômico. No segundo caso, as interpretações das análises tendem a se esquivar quanto à responsabilidade do capitalismo sobre as consequências do imperialismo do século XIX, onde as interpretações colocam o sistema como regulador ou intensificador dos efeitos do conceito, todavia, outras interpretações mostram que imperialismo, significado como forma de dominação, pode ter ocorrido em outros períodos, ainda que não com essa denominação. (MARIUTTI, 2013).

Andrade (1999) trata o imperialismo desde a expansão colonial do século XV, o autor se refere ao domínio de alguns estados da antiguidade sobre outros, de modo que, os povos antigos mais poderosos subjugavam outros em relação à sua técnica menos avançada. Como exemplo, ainda Andrade (1999), destaca como referência impérios da idade antiga como os egípcios, romanos, francos, chineses, mongóis, maias, astecas, incas, os reinos africanos de Mali, Songai, Benin, entre outros. Lênin (2011), também trata do tema quando afirma que “a política colonial e o imperialismo existiam já antes da fase mais recente do

capitalismo e até antes do capitalismo. Roma, baseada na escravatura, manteve uma política colonial e exerceu o imperialismo”. Assim, fica evidente que o imperialismo, enquanto política de dominação, não é um fato novo até então, mas um resgate de uma relação de dominação antiga com novas características.

Entre a antiguidade e o colonialismo iniciado a partir do século XIV, se deu a idade média, isto é, um período com significativa diminuição das relações urbanas e comerciais, iniciado no fim do Império Romano e encerrado com a reconstrução destas mesmas relações, reconstrução esta fomentada pelas cruzadas, pelo surgimento da burguesia, pela formação dos Estados Nacionais e pelo conseqüente fortalecimento da monarquia. Inicia-se a idade moderna, período ocorrido a partir do século XV, marcado pelas grandes navegações e surgimento do mercantilismo, estes fatos são considerados por muitos autores como o início da globalização (SILVA e LOPES JUNIOR, 2008) e da acumulação do capital primitivo (MARX, 1996) que resultaria no desenvolvimento do capitalismo.

O colonialismo europeu fomentado pelo mercantilismo foi mais atuante nas colônias americanas, diversas nações desenvolveram lucrativas relações comerciais por todo o continente, entre as quais Portugal, Espanha, Inglaterra e França foram os responsáveis pelo domínio de maior parte do território (ANDRADE, 1999). A exploração colonial tinha como característica expressão semelhante ao significado do vocábulo imperialismo, ou seja, a questão da dominação de uma civilização de nível tecnológico superior sobre outra. Portanto, os colonizadores europeus entraram em conflito com os povos nativos americanos. A exploração colonial pode ser considerada uma forma de imperialismo, uma vez que, as antigas nações nativas americanas foram subjugadas à revelia dos interesses econômicos e políticos das metrópoles europeias.

A Inglaterra e os Estados Unidos influenciavam nas questões políticas latino-americanas, fato que se manteve e consolidou no século XX. Nesse sentido, o período referente ao colonialismo mercantilista se encerra no século XIX, momento em que as colônias americanas conquistam sua independência política frente às metrópoles europeias. Nesse sentido, o foco da atuação capitalista europeia tende a se voltar para outros continentes, uma vez que, a reprodução de capital começa a saturar o mercado europeu, os investimentos passam a ser exportados para África e Ásia principalmente. (ANDRADE, 1999).

Todavia, vale salientar que os demais continentes do planeta foram lesados de forma mais significativa pela corrida imperialista que teve seu ápice entre 1870 e 1914, sendo que, a África, entre as quais, fora a mais prejudicada, até o início da primeira guerra mundial possuía apenas duas nações independentes, a Libéria e a Etiópia (HOBBSAWN, 2002).

As principais nações imperialistas estavam representadas por Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Bélgica, Rússia, Estados Unidos e Japão, todas obtiveram aumento significativo em seus territórios, como retrata Lênin (2011).

Segundo Hobsbawn (2002), a motivação europeia para a repartição das áreas ainda não ocupadas no mundo tinha, principalmente, natureza econômica. As potências industriais observavam a possibilidade de colocar os seus produtos à venda em novos mercados, cujo potencial de venda era promissor, pois, as crises de superprodução, por exemplo, poderiam ser controladas a partir da exportação em larga escala para os países pouco desenvolvidos. A necessidade de novos mercados incentivou a dominação de povos menos tecnológicos, cuja função era suprir a demanda de matérias primas e consumir o que já estava saturado na Europa. Além da exploração em si, outra problemática aparente foi a questão do excesso de protecionismo que se deu em todo este processo, a fim de barrar a entrada de outros produtos e impedir o acesso dos concorrentes a determinados territórios, os europeus criaram rivalidades.

A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio do Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto

mais sensível se toma a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias. (LÊNIN, 2011, p. 209).

A fase do imperialismo que compreende este período está atrelada à fase monopolista e financeira do capitalismo, pois, a conquista de novas colônias e os exacerbados protecionismos implantados até o momento, nada mais são do que mais um exemplo de prática monopolista, como retrata Lênin (2011).

A corrida imperialista, segundo Hobsbawn (2002) buscava incentivar um orgulho quanto a atuação da nação em âmbito internacional, ou seja, as conquistas poderiam acender um orgulho nacionalista que seria utilizado como manobra de massas descontentes. Contudo, essa expansão trouxe prejuízos para as classes operárias das metrópoles imperialistas, a crescente industrialização colonial criava classes proletárias coloniais, cuja mão de obra era muito mais barata que a metropolitana, portanto, vale ressaltar que os movimentos da esquerda operária deixavam em segundo plano as discussões coloniais.

Do ponto de vista conceitual, segundo Arendt (2000), o inglês Hobson foi o primeiro a tratar o imperialismo a partir de um viés crítico, o autor escreveu “Imperialism a study” em 1902. A partir de suas observações concluiu que o maciço investimento no mercado externo provocava problemas econômicos sociais no mercado interno inglês, para Hobson (1902), o capital direcionado à economia externa deveria ser investido no mercado interno, de modo que, uma distribuição de renda adequada para a população local aumentaria os salários e incentivaria o consumo, fato que, findaria conseqüentemente em crescimento econômico e eliminaria a necessidade da expansão externa.

É evidente que as ações imperialistas ocorridas no final do século XIX, tinham prioritariamente um viés econômico, mesmo com a presença de teorias que procuravam desviar o foco para outras possibilidades. No caso de Hobson (1902), crítico do imperialismo e também do marxismo, o autor apresentava ideias reformistas (FERREIRA, 2011), para ele os motivos para a expansão imperialista são diversos, de modo que o fator econômico não se configura como único motivo para a efetivação daquelas mesmas ações imperialistas, de forma que, práticas relacionadas a patriotismo, aventura, militarismo, política e a filantropia eram muito mais atuantes que o capitalismo propriamente dito, sobre o fato, Hobson acreditava em uma reforma do sistema capitalista, reforma esta como já exposto, distribuir os excedentes em forma de salários. O imperialismo seria uma anomalia causada pela superprodução de capitais acumulados nos países industrializados, uma forma de reinvestir era levar estes capitais para as colônias, visto que, as metrópoles já estavam saturadas, solução utilizada pelos Estados, porém, não vista como a ideal por Hobson. Para se chegar a tal ideal político, distribuição por meio de melhoria salarial, seria necessário aplicar a uma política democrática que visasse uma melhor distribuição de renda, todavia esta idealização barrava no próprio governo, que controlado pelas grandes empresas monopolistas, utilizavam os aparelhos do Estado para reproduzir capital.

A contribuição mais relevante entre pensadores marxistas é a publicação de Lênin (2011), “Imperialismo, fase superior do capitalismo”. Ao contrário de Hobson, Lênin acreditava que a solução para frear o avanço imperialista estaria no fim do sistema econômico capitalista, isto é, o primeiro buscava soluções por meio de medidas liberais reformistas, o segundo a partir de uma revolução que derrubaria o sistema econômico vigente até então. Os autores marxistas diferiam em partes da teoria de Hobson a solução para eliminar o imperialismo seria o fim do sistema capitalista, uma vez que, a necessidade para se buscar novos territórios era ampliar a reprodução do capital que já não era suficiente na economia nacional interna, não suficiente, pois as relações capitalistas naquele momento eram monopolistas. Quanto a isso Lenin (2011 p. 219) escreve cinco traços fundamentais que expõe sob uma perspectiva marxista a definição do imperialismo:

- 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica;
- 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira;
- 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande;
- 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e
- 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

Fica claro a partir das definições de Lênin que, primeiramente o capitalismo criou os monopólios, sendo, portanto, uma fase mais desenvolvida do sistema; em segundo, a fusão destes monopólios, isto é, bancários e industriais, criam o capital financeiro, o que cria uma camada social privilegiada quanto à acumulação de capitais; em terceiro, os capitais, agora financeiros, passam a ser exportados, e se tornam muito mais lucrativos que as mercadorias, uma vez que, as transações são mais rápidas; em quarto, os monopólios se internacionalizam a partir das exportações, tendo como filiais as colônias conquistadas; por fim em quinto, os territórios no mundo ainda não “ocupados” são divididos pelas nações imperialistas.

Salienta-se a importância das duas formas, ou significados do vocábulo imperialismo analisados até então, são bases para a formulação de um novo imperialismo praticado em âmbito contemporâneo, imperialismo este que tem características que se assemelham aos antigos, porém adaptado às novas relações econômicas, políticas e sócias referentes à globalização atuante no século XXI.

O Novo Imperialismo

A atual conjuntura geopolítica mundial faz emergir um novo imperialismo, com raízes semelhantes ao século XIX, porém com novas perspectivas, principalmente no que se refere aos meios utilizados para se consolidar a dominação política e econômica entre as atuais grandes potências e os Estados atualmente subjugados. O imperialismo é um conceito antigo que foi significado e resignificado com o passar da história a partir das características econômicas e sociais a partir de dado tempo. Isto é, os termos sociais podem se reinventar a partir das mudanças que ocorrem com as transformações que as sociedades estabelecem.

Sobre tal questão Harvey (2013) trata de uma nova conceituação para as relações de dependência que passaram a ocorrer após as duas primeiras guerras mundiais, a partir de uma abordagem crítica observa que até a primeira metade do século XX a ideia de império ainda fazia sentido nas questões geopolíticas, contudo a decadência do Império Britânico passou a ser sentida de forma inquestionável, um marco que corrobora para tal afirmação é a Independência da Índia que se deu em 1947. Nos anos posteriores ocorreram diversas guerras de independência em Ásia e África, de modo que, os principais impérios do século XIX não detinham mais força para mantê-los colônia por muito mais tempo. Nesse sentido um novo ator emergiu na cena geopolítica mundial, os Estados Unidos passou a interferir de forma incisiva e recorrente nos interesses ligados às potências do velho mundo, um exemplo de tal situação é o desfecho relativo à questão do canal de Suez em 1956, Inglaterra e França tentavam retomar o controle do canal e foram impedidos por atuação dos Estados Unidos, fato que solidificou a o declínio dos primeiros e fortalecimento do último.

Tratar do imperialismo praticado na contemporaneidade é de fato delicado, segundo Harvey (2013) há relatos de diversos autores que já inclinavam a discorrer quanto à medidas imperialistas dos governos estadunidenses desde os anos 60. A polêmica inserida em tal discussão se encontrava no fato de que dentro do pensamento da esquerda ainda havia aqueles que acreditavam na velha forma de se tratar o imperialismo, aquele proposto

ainda por Lenin e seus contemporâneos no início do século XX. Outros perceberam que as mudanças pela qual o mundo passava naquele momento exigiam uma nova forma de se analisar a política econômica global.

Basicamente, pode-se definir o imperialismo atual como “imperialismo capitalista”, esta nomenclatura foi colocada por Harvey (2013) em meio a duas divisões conflitantes e complementares, como exposto a seguir:

Defino aqui a variedade especial dele chamada “imperialismo capitalista” como uma fusão contraditória entre a “política do Estado e do império” (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares) e “os processos moleculares de acumulação de capital no espaço e no tempo” (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem primazia). (HARVEY, 2013, p.31).

A relação em duas partes que Harvey (2013) expõe são essencialmente dialéticas, uma vez que as expressões da “política do Estado e do império” e “os processos moleculares de acumulação de capital no espaço e no tempo” podem se auxiliar em seus respectivos objetivos, ao mesmo tempo que podem dificultá-lo. No primeiro caso o autor teve como meta expor os meandros criados pelos Estados para expor suas estratégias em âmbito político, militar e diplomático, necessários para atingir determinados fins. No segundo caso, refere-se aos movimentos estabelecidos pelo poder econômico no espaço territorial de Estados ou blocos regionais de poder, a partir de trocas comerciais, fluxos de capitais, das transferências monetárias, da migração do trabalho, da transferência de tecnologia, especulação, fluxos de informação, entre outros. Estas lógicas, chamadas por Harvey abreviadamente de territoriais e capitalistas, historicamente possuem relações conflitantes e de convergência.

As ligações entre as lógicas imperialistas territoriais e capitalistas são contraditórias e de difícil análise, uma vez que, uma abordagem rasa pode culminar em um resultado ou extremamente político ou predominantemente econômico. O ideal é observar tais fenômenos sociais em conjunto, o que muitas vezes não é devidamente realizado. (HARVEY, 2013).

A partir das considerações de Harvey (2013), pode-se observar que as análises quanto aos fenômenos possivelmente imperialistas necessitam de uma análise em perspectiva territorial e econômica. No caso do imperialismo do século XIX é notório a influência de ambos, uma vez que, a evolução do capital de livre mercado para o estabelecimento do capitalismo monopolista de então são estratégias de âmbito econômico, todavia não se deve ignorar o fato da consequência que se deu após essa transição, os capitais monopolistas foram exportados e os territórios “não ocupados” do globo foram anexados, de forma arbitrária, aos Estados nacionais destes agentes capitalistas. Muitas vezes quando se retrata o imperialismo daquele momento, se coloca uma ênfase exacerbada na conquista territorial destes locais menos desenvolvidos tecnologicamente e deixa-se em segundo plano, ou mesmo ignora-se, os fatores que incentivaram a gênese destes fatores, estas análises se configuram como acríicas e prejudicam a essência das relações que ocorreram naquele dado momento. Portanto, faz-se necessário abordar este novo imperialismo a partir de uma abordagem história e dialética, logo, crítica.

A partir de um viés crítico Harvey (2013) explicita que as práticas imperialistas ocorrem por meio de condições histórico-geográficas desiguais, isto é, as condições desiguais de troca levam à concentração de capitais em locais específicos provocando o que autor denomina de assimetrias.

As desigualdades provocadas pelas trocas comerciais injustas influenciam nas diferenças espaciais e geográficas. O crescimento econômico de determinados lugares ocorre a partir da exploração perversa de outros. A regulação de tal relação é feita pelo

Estado, de modo a garantir o principal fator que lhe mantém hegemonia, crescimento econômico, bem estar social e espacial, o poder. A manutenção do poder sobre as outras nações lhe mantém sob um status de dominação, o que se configura como uma prática imperialista.

O imperialismo atual tem como foco principal a acumulação de capital a partir das assimetrias já criadas historicamente em outros tempos. A lógica territorial a partir deste aspecto não possui protagonismo, mesmo que, em dados momentos, surja ainda de forma significativa. Para se sustentar a manutenção da acumulação de capital e a hegemonia, os Estados têm de se manter em constante expansão, o crescimento é almejado afim de não perder o poder que lhes coloca em vantagem de troca com as demais nações, ou seja, a manutenção de poder permite que continuem acumulando capital perversamente. Caso não mantenha seu poder, perde-se o monopólio sobre o controle das trocas comerciais, o que abre espaço para a concorrência de outro Estado que adquira este poder. Ao mesmo tempo que a expansão pode ser a solução para a manutenção de hegemonia e controle, pode também significar o risco iminente da derrocada deste mesmo império, exemplos como Roma, Veneza, Grã-Bretanha são levantados por Harvey (2013) para considerar tal afirmação. A derrocada destes antigos Estados ou impérios esteve relacionada ao fato de expandir demasiadamente sem obter um controle eficaz sobre suas possessões.

A hegemonia pode ser definida, como estabelece Harvey (2013), a partir de diversas interpretações, as quais entre estas distinguem-se duas mais relevantes, aquela que se pauta na liderança ou na coerção de determinado Estado. O autor trata destas diferenças a partir de ações dos Estados Unidos no século XX, exemplo de coerção são diversos na história estadunidense, citando alguns mais recentes, os embargos econômicos de Cuba e Iraque. Contudo, vale salientar que os Estados Unidos também possuem uma posição de liderança em âmbito mundial, situação criada após a Segunda Guerra Mundial, onde a partir de investimentos e posições políticas influenciou as nações capitalistas do mundo a se manter em seu sistema político econômico. Esta liderança proporciona desenvolvimento econômico e acumulação para vários Estados, contudo este capital fica concentrado para uma pequena parcela da população, os proprietários ou donos dos meios de produção. A partir desta liderança, pode-se discutir a possibilidade de cumplicidade destes Estados representados por estes proprietários, pois aprovam as práticas estadunidenses. Portanto, a situação de liderança pode provocar coerção, uma vez que, corroborados com a convivência de outros territórios, desmantelam-se aqueles que não estão de acordo com os objetivos de alguma nação hegemônica. Harvey (2013) classificou como “Estados clientes” estas nações que legitimam a manutenção de práticas hegemônicas de outras nações, uma vez que, se beneficiam de diversas formas com a posição que se colocam.

O governo estadunidense criou todo um aparelhamento econômico internacional a partir de órgãos financeiros, instituições que trabalhavam em conjunto para garantir o fortalecimento do mundo capitalista. A ONU também exerceu importante papel para garantir os interesses dos Estados Unidos no contexto daquela época, para desautorizar os imperialismos majoritariamente europeus iniciados no século anterior, iniciou-se as propostas que levaram à “Declaração dos Direitos Humanos” que teve significativa atuação quanto à promoção dos direitos individuais e combate ao racismo. Enquanto potência hegemônica os Estados Unidos buscavam vender a imagem de defensores da liberdade, enquanto internamente passava por situações dialéticas, quando comparadas à ideologia que tentava perpetuar para os atores externos, como afirma Harvey (2013, p. 55): “a recusa formal do racismo no nível internacional criou todo tipo de dificuldades internas para os Estados Unidos, em que a discriminação racial imperava”. As liberdades individuais também não eram respeitadas, qualquer tipo de ameaça comunista interna era reprimida a partir do macarthismo, sem contar a contenção dos fluxos migratórios de gênese latino-americana.

Do ponto de vista cultural, o desenvolvimento tecnológico gerou uma expansão do modo de vida estadunidense para outros pontos do globo, incentivados pelo desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, o estilo de vida da potência hegemônica passa a ser universalizado a partir da indústria cinematográfica, representada

por Hollywood, e fonográfica. Todos estes fatos formam um conceito denominado “imperialismo cultural”, o qual vende o ponto de vista estadunidense, fortalecendo sua atuação hegemônica em âmbito mundial. (HARVEY, 2013).

Utilizando os Estados Unidos como referência, percebe-se que o imperialismo persiste na atualidade, com características distintas, mas com o porém de manter, de alguma forma, a dominação sobre outros Estados, sua influência vai além do âmbito econômico, está voltada também para o lado cultural e esferas políticas.

Considerações Finais

A princípio este trabalho discutiu as relações imperialistas que ocorreram em momentos históricos diversos, isto é, na antiguidade e nos séculos XIX e XX, de modo a esclarecer suas características até então e estabelecer comparações com o imperialismo que é exercido atualmente, principalmente, pelos Estados Unidos.

Na antiguidade os impérios procuravam demonstrar sua força a partir do expansionismo, a conquista de outros impérios tornava o primeiro mais poderoso, forma de dominação praticada pelo Império Romano no período em questão. A partir do mercantilismo, o capitalismo passa a acumular capital a partir do colonialismo, de um modo em que adveio uma nova forma de dominação, que visava uma exploração direta de colônias sob a preponderância de uma metrópole. No século XIX a partir da industrialização dos Estados europeus, inicia-se uma nova forma de dominação, com as colônias americanas já independentes e o fortalecimento dos Estados Unidos, Ásia e África passam a ser os novos alvos de exploração, estes continentes se tornaram meios para a expansão do lucro capitalista que já estava saturado na Europa, o capital financeiro monopolista utiliza o Estado nacional como ferramenta para atingir tais objetivos.

Sobre o imperialismo atual, utilizando os Estados Unidos como exemplo quanto ao advento do caráter financeiro que o conceito adquiriu após as guerras do século XX, estabelece-se o fato de que ações de cunho imperialista não estão mais relacionadas ao domínio de um Estado sob outro a partir de posse territorial presencial, a elevação do potencial do capital financeiro tornou os países dependentes e dominados por este sistema político e econômico representado pela hegemonia dos Estados mais fortes, principalmente pelos Estados Unidos.

Justifica-se, portanto a presença de um novo imperialismo com bases semelhantes ao século XIX no que se refere à uma forma de dominação. Dominação esta não mais presente a partir de excursões militares e anexação de territórios, os Estados mais fracos são subjugados economicamente a partir da expansão do capital financeiro, qualquer contrariedade pode acarretar em sanções econômicas que podem vir a prejudicar qualquer nação que se conteste tal sistema, sendo, portanto, uma dominação econômica e política a partir do capital financeiro.

Referências

ANDRADE, M.C. **Imperialismo e Fragmentação do Espaço**. São Paulo: Contexto. 1999.

ARENDT, H. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

FERREIRA, P.S.S. **Imperialismo: os teóricos precursores e o debate contemporâneo**. (Dissertação inédita de Mestrado) Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, São Paulo. 2011.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola. 2013.

HOBSBAWN, E. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2002.

Perspectiva Geográfica-Marechal Cândido Rondon, Ed. Esp., v. 11, n. 15, p. 217-225, jul.-dez., 2016

HOBSON, J.A. **Estúdio del imperialismo**. México: Alianza Universidad. 1902.

LÊNIN, V.I. **Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo/Apresentação de Plínio de Arruda Sampaio**. Unicamp: Campinas. 2011.

MARIUTTI, E.B. **Interpretações Clássicas do Imperialismo**. Instituto de Economia da Unicamp. 2013. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/03/Mariutti-Imperialismo.pdf>

MARX, K. **O capital**. Vol. I, Livro I. Tomo 2. Nova Cultural: São Paulo. 1996.

SILVA, L.R.; LOPES JUNIOR, O.P. Globalização - de sua Gênese Mercantilista ao Neoliberalismo Burguês. **Revista Eletrônica Inter-Legere**, 3, p. 1-13. 2008.